

Brasil

Indicadores sociais Número é recorde e, como no Rio, dobrou desde 2011

São Paulo tem déficit de mais de 1 milhão de habitações

Bruno Villas Bôas
Do Rio

O déficit habitacional da região metropolitana de São Paulo bateu recorde e superou, pela primeira vez, a marca de 1 milhão de moradias, mostram cálculos inéditos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), obtidos pelo Valor.

O estudo mostra que o déficit da região metropolitana chegou a 1,024 milhão de unidades em 2018, o que representa um aumento de 110,8 mil unidades em relação ao ano anterior. Desde 2011, esse déficit dobrou de tamanho, ao crescer a um ritmo médio de 10% ao ano.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro o déficit também dobrou de tamanho desde 2011, atingindo 543.121 moradias em 2018. No caso do Rio, porém, o indicador mostrou leve queda em relação ao ano anterior, quando a carência habitacional era maior em 2.800 unidades.

O tamanho do problema habitacional chama atenção num momento em que o governo Jair Bolsonaro estuda reformular as regras do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), principal instrumento para combater a falta de moradia para as faixas mais pobres da população.

As estimativas foram traçadas pelos economistas Robson Gonçalves e Ana Maria Castelo, da FGV, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São as primeiras estimativas referentes ao ano de 2018.

O estudo considera o déficit em quatro dimensões: domicílios precários (como barracas e materiais inadequados); coabitação (famílias que dividem um mesmo domicílio); ônus excessivo com aluguel (aluguel superior a 30% da renda domiciliar); e adensamento excessivo (mais de três pessoas por quarto).

A carência em São Paulo dobrou desde 2012 puxada pelo aluguel excessivo. Em 2018, esse componente respondia por 46,3% da necessidade de mora-

dias, ou 474.444 unidades. De 2012 a 2018, o aluguel em São Paulo ficou 63% mais caro no IPCA. No período, a renda do trabalho cresceu menos, 17%.

A coabitação também avançou em São Paulo e respondia por 63% do déficit, ou 441.907 unidades. É mais um reflexo da crise. Gonçalves explica que o número de famílias seguiu crescendo nos últimos anos na região metropolitana, mas os programas habitacionais foram reduzidos por questões fiscais.

“As pessoas formaram novas famílias e não conseguiram um domicílio. É o sujeito que casou e continua morando com os pais”, diz ele, acrescentando que o menor aumento da população ainda não afeta o indicador. “A taxa de formação de famílias reflete o crescimento populacional com 20 anos de defasagem.”

Essa carência por habitações na Grande São Paulo chamou atenção em 2018 com o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no centro da cidade, em maio. O prédio de 24 andares, ocupado por cerca de 400 pessoas, pegou fogo e desabou. O local era uma ocupação irregular.

Para Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos no Ibre/FGV, é pouco provável que o déficit das demais regiões metropolitanas do país tenham tido comportamento muito diferente de São Paulo e do Rio de Janeiro nos últimos anos.

“É pouco provável porque teria exigido políticas habitacionais bastante diferentes do que vimos nas duas cidades, e não temos conhecimento disso. Mas é uma hipótese” diz a economista, uma das principais especialistas no tema habitacional.

Para ela, a melhora mais efetiva do mercado de trabalho brasileiro pode contribuir para reduzir o déficit habitacional das grandes cidades, na medida em que o avanço da renda desenquadrará famílias do chamado no ônus excessivo de aluguel.

“Se isso acontecer, alguma famílias que estão no limite do déficit habitacional podem sair dele, até porque existe uma redução da taxa de juros do financia-



Obras do Minha Casa, Minha Vida: déficit chama a atenção no momento em que o governo quer rever regras do programa, principal arma no combate ao déficit

mento imobiliário, o que permitiria que parte das famílias fosse atendida pelo próprio mercado”, avalia ela.

Como é sabido, o déficit habitacional está concentrado na camada mais pobre da população. Do déficit total, 67% referem-se a famílias com renda domiciliar de até três salários mínimos, o correspondente a até R\$ 2.862, com base no valor do salário mínimo vigente em 2018. O número é semelhante no Rio (72%).

Luciana Royer, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), diz que essa parcela mais pobre dos brasileiros é a que mais precisa de programas habitacionais e de subsídios do governo para ter acesso à habitação de qualidade.

“São pessoas que não têm capacidade de pagamento de financiamento como a classe média, ou seja, de comprar móvel em 30 anos e cobrar o valor”, disse a pesquisadora. “Esse foi um dos grandes diferenciais do Minha Casa, Minha Vida, dar acesso habitacional com aportes significativos de subsídios.”

Lançado em 2009, o Minha Casa, Minha Vida do governo federal completou uma década de existência cercado por incertezas e falta de orçamento. O recém-empossado ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, terá o desafio de remodelar o programa habitacional e possivelmente rebatizá-lo.

Em 2019, o governo deixou de arcar temporariamente com sua parcela de subsídio destinado a empreendimentos das faixas 1,5 e 2 do programa, alegando limitações fiscais. O benefício pas-

sou a ser integralmente apoiado pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Neste ano, o FGTS reservou R\$ 9 bilhões para o programa. O Orçamento federal deveria prever R\$ 900 milhões, referentes aos 10% de subsídio que cabe ao governo. O Orçamento da União, porém, direcionou apenas R\$ 295 milhões de contrapartida para o programa.

Segundo Gonçalves, na ausência de mais recursos federais para construção de habitações populares, uma saída seria o aluguel social conjugado a um programa de investimentos privados em novos imóveis. Ele afirma que é preciso quebrar o paradigma do “sonho da casa própria” para endereçar o problema.

“Outros países têm fundos de investimento que constroem moradias e alugam. Se o fiscal não comporta o subsídio à construção, pode funcionar para subsidiar o aluguel. O acesso à moradia para a baixa renda não exige que a família seja proprietária do imóvel”, afirma ele.

O secretário de Estado da Habitação de São Paulo, Flavio Amariy, diz que uma iniciativa para enfrentar o problema é o programa Nossa Casa, do governo estadual, que prevê investir mais de R\$ 1 bilhão para ofertar 60 mil novas moradias para famílias de baixa renda. O programa mira parceria com prefeituras.

“O programa oferece habitações a preços sociais, além de dar subsídios que podem chegar a R\$ 40 mil para famílias com renda de até três salários mínimos”, explicou secretário, acrescentando que 18.628 unidades de habitação popular estão em obras no Estado de São Paulo.

Déficit recorde

Em mil unidades residenciais

■ Déficit habitacional na região metropolitana de São Paulo



■ Déficit habitacional na região metropolitana do Rio de Janeiro

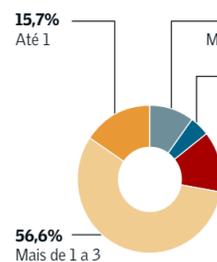


■ Por tipo de déficit na RM

	SP (2018)	RJ (2018)
Déficit total	1.024,5	543,1
Adensamento excessivo	60,5	23,2
Ônus excessivo com aluguel	474,4	301,0
Coabitação familiar	441,9	206,4
Habitação precária	47,6	12,6

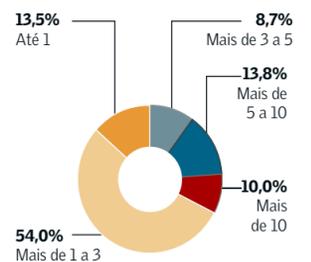
■ Déficit por faixa de renda na RM

São Paulo em 2018, em proporção ao déficit total - em salários mínimos



■ Déficit por faixa de renda na RM

Rio de Janeiro em 2018, em proporção ao déficit total - em salários mínimos



Fonte: FGV

Brasil defende celeridade para acordo UE-Mercosul

Assis Moreira
De Genebra

O Brasil defendeu ontem “celeridade” na implementação do acordo entre a União Europeia (UE) e Mercosul, uma vez feita a revisão legal dos textos e os procedimentos de aprovação nos dois blocos.

Durante o exame da política comercial da UE, na Organização Mundial do Comércio (OMC), a delegação brasileira mencionou estimativas do Mi-

nistério da Economia brasileiro sobre o potencial de ganhos com o acordo birregional.

O cálculo é de que o tratado pode elevar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em US\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a US\$ 125 bilhões se for considerada a redução de barreiras não tarifárias e a melhora na produtividade.

Na Europa comunitária, as discussões serão fortes sobre a aprovação do acordo com o Mercosul, principalmente por parte de paí-

ses agrícolas mais protecionistas como França e Irlanda. No Parlamento Europeu, o Partido Verde também promete complicar a aprovação do tratado.

A UE é o segundo maior parceiro comercial do Brasil depois da China. Mas o comércio bilateral caiu para US\$ 69 bilhões em 2019 comparado ao recorde de US\$ 100 bilhões em 2011, numa baixa de 31% no período. A expectativa brasileira é que a recuperação econômica do país impulsione mais negócios, incluindo em áreas co-

mo compras governamentais e comércio de serviços.

A UE é o maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de € 330 bilhões (em valores de 2015), o que representa quase metade do capital aplicado no país. O Brasil, por sua vez, tinha quase € 130 bilhões de investimentos diretos no mercado comum europeu.

Como sempre acontece no exame da política comercial europeia, o bloco foi bastante questionado sobre sua política agrí-

cola. O Brasil reclamou da tarifa de importação média de 14,2% sobre os produtos agrícolas, mais de três vezes a média tarifária total, de 4,2%.

A delegação brasileira qualificou também como “desafiador” ter uma clara visão da complexa política de subsídios europeus para o setor agrícola.

Outra questão foi sobre barre-

rias não tarifárias e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), que o Brasil considera como sendo mais restritivas ao comércio do que o necessário, ignorando padrões internacionais e científicos.

O Brasil também manifestou preocupação sobre a repartição de cotas no mercado comum europeu depois do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia).

ANP prevê alta do consumo de combustível este ano

André Ramalho
Do Rio

Depois de crescer 2,9% em 2019, o mercado brasileiro de combustíveis deve manter a trajetória de alta em 2020, disse ontem o diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Felipe Kury. Segundo ele, a expectativa é que, confirmado o

crescimento esperado da economia para o ano — de 2,23%, segundo a mediana das projeções do relatório Focus — o aumento das vendas deve se acenar.

Em 2019, o consumo de combustíveis cresceu pelo terceiro ano consecutivo. Foram vendidos, de acordo com a ANP, 140 bilhões de litros no ano passado. Segundo a

ANP, houve uma alta de 2,97% na comercialização de diesel B (misturado ao biodiesel), para 57,293 bilhões de litros. A agência vê o crescimento como um indicio da recuperação econômica do país.

Já o consumo de etanol hidratado cresceu 16,2%, para 22,544 bilhões de litros, motivado, em grande parte, pelo ganho de

competitividade em relação à gasolina. As vendas de gasolina C, por sua vez, recuaram 0,56%, para 38,163 bilhões de litros. Segundo a ANP, o ciclo Otto (veículos leves que rodam a gasolina /ou etanol) cresceu 5%.

O consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP) caiu 0,3%, para 13,219 bilhões de litros.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

EXTRATO DE CHAMADA DE FORNECEDORES

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP, devidamente representado pelo Diretor Geral e Ordenador de Despesas, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende renovar o **Contrato 015/2019 - HUOP** com a empresa **Auto Suture do Brasil Ltda, para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, nos ventiladores pulmonares da marca Puritan-Bennett, modelos 840, nº de patrimônio 07004912, 07004911, 07004910, 07004909, 07005364, 07004913, 01023675, 01023673, 01023676, 01023674, além dos seus respectivos acessórios, pertencentes ao HUOP.** Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias e serviços de manutenção que serão objeto da renovação contratual, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 17 de fevereiro de 2020. Rafael Muniz de Oliveira – Diretor Geral - HUOP.